



**ENGEPLANTI**

PROJETOS E SUPERVISÃO

**À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR  
CELSON RAMOS – ESTADO DE SANTA CATARINA**

**REF.: CONCORRÊNCIA Nº 085/2021**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 085/2021**

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 23.002.667/0001-29, com sede na Rua Cristóvão Nunes Pires, nº 110, sala 502, Centro, Florianópolis/SC, por seu Representante Legal e por seu procurador abaixo firmados, vem à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93, apresentar as suas

**RAZÕES RECURSAIS**

**em face da decisão que inabilitou a Recorrente na Concorrência nº 085/2021.**

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209

## **1. DA TEMPESTIVIDADE**

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Governador Celso Ramos, através de seu Presidente, encaminhou o Julgamento da Documentação de Habilitação da Concorrência Pública para Registro de Preços nº 085/2021, sendo publicado no Diário Oficial dos Municípios em 18/11/2021, quinta-feira.

Nos termos do que define item 19.2 do Edital, *“O prazo para o recurso previsto nas letras “a” e “b” do Inciso I do artigo 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, correrá a partir da data de publicação do resultado do JULGAMENTO das propostas no Mural da sede administrativa do Município de Governador Celso Ramos e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina”.*

Assim, tendo em vista a Edição nº 3683 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, página 730, do dia 18/11/2021, o início do prazo para o protocolo das razões recursais iniciou em 19/11/2021 findando-se em 25/11/2021 (5º dia útil posterior), sendo, portanto, tempestivo o presente recurso.

## **2. DOS FATOS**

Conforme previsto no Edital da Concorrência nº 085/2021, em 29/10/2021, iniciaram-se os trabalhos da reunião ordinária para a abertura dos envelopes de habilitação das empresas proponentes.

O objeto da Concorrência é o *“registro de preços para a contratação de empresa(s) especializada(s) para elaboração de projetos para suprir as necessidades das secretarias do Município de Governador Celso Ramos/SC”.*

A Comissão Permanente de Licitação suspendeu a reunião, encaminhando os documentos técnicos para análise. Após a análise técnica, a Comissão Permanente de Licitação assim decidiu:



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

➤ *RESTAM INABILITADAS AS EMPRESAS:*

**JP ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**

**PROENG ENGENHARIA E PROJETOS LTDA**

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

**NTS PROJETOS E GERENCIAMENTO LTDA EPP**

➤ *RESTA HABILITADA A EMPRESA:*

**MAGNUS ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA**

Diante dos fatos expostos, inconformada com a r. decisão da Comissão Permanente de Licitação do Município de Governador Celso Ramos, vem a Recorrente apresentar suas razões.

### **3. DO DIREITO**

#### **3.1. INABILITAÇÃO DA RECORRENTE – COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

A licitação é um procedimento em que a Administração Pública visa adquirir bens ou serviços com a maior vantajosidade possível, desde que observados os princípios norteadores do direito administrativo, dentre eles, a isonomia, visando garantir a competitividade dos proponentes.

Sempre importante lembrar que a observância destes princípios nas licitações é fator primordial para a legalidade e regularidade das contratações públicas, de acordo com artigo 3º da Lei nº 8.666/93:

*Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, **a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da***

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

*moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*

Diante dos princípios norteadores citados no artigo 3º da lei de licitações, é necessário que todos sejam cumpridos estritamente pela Administração Pública, sob pena de ilegalidade e a consequente nulidade do processo licitatório.

Assim, não é crível que a ora Recorrente seja inabilitada pela razão exposta no despacho desta d. Comissão Permanente de Licitações:

#### **4) ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

A EMPRESA **ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA** NÃO ATENDEU AOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS:

QUANTO A ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA PELA COMISSÃO:

CONSTATOU-SE DIVERGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES NOS DOCUMENTOS APRESENTADOS, POIS A EMPRESA APRESENTOU A CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA CONTENDO NA MESMA O NÚMERO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COMO SENDO 1, PORÉM A EMPRESA APRESENTOU JUNTAMENTE AOS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO A SEGUNDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL, ALÉM DE O CAPITAL SOCIAL CONTIDO NA CERTIDÃO DE PESSOA JURÍDICA ESTAR EM DESCONFORMIDADE COM O CONTIDO NO CONTRATO SOCIAL E ESTE, POR SUA VEZ, DIFERENTE DO CONTIDO NO BALANÇO PATRIMONIAL.

ASSIM, DE IGUAL MANEIRA CONSTATOU-SE QUE DESATENDE AO EDITAL EM RELAÇÃO AO BALANÇO PATRIMONIAL, UMA VEZ QUE O EDITAL ASSIM PRESCREVE:

*“7.2.2.2 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais*

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

*de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, conforme art. 31 da Lei 8.666/1993.”*

*A EMPRESA FOI CONSTITUÍDA EM 2015, PORTANTO O BALANÇO DO ULTIMO EXERCÍCIO SOCIAL DEVERIA SER O DE 2020, JÁ ENCERRADO, MUITO EMBORA PODERIA TER A MESMA ATUALIZADO SEU BALANÇO POR ÍNDICES OFICIAIS, PORÉM APRESENTOU UM BALANÇO NÃO ENCERRADO DE 2021. E NÃO ATENDE AO ITEM 7.2.2.6:*

*“7.2.2.6– Comprovação de possuir capital social mínimo de valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita através do Balanço Patrimonial.”*

*O CAPITAL SOCIAL PREVISTO NO BALANÇO PATRIMONIAL DA REFERIDA EMPRESA É INFERIOR A 10% DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO DO LOTE, AINDA QUE, EM SEU CONTRATO SOCIAL APRESENTE UMA FUTURA ATUALIZAÇÃO, A MESMA NÃO ESTÁ CONTIDA NO BALANÇO, NEM EM NOTAS EXPLICATIVAS.*

*ASSIM, A EMPRESA ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA RESTA INABILITADA NO CERTAME.*

Segundo o parecer da Comissão, a Recorrente **não apresentou o valor do Capital Social mínimo previsto em Edital, bem como apresentou a Certidão do CREA/SC com numeração de alteração contratual diferente do documento da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina.**

### **DA CERTIDÃO DO CREA/SC**

Em relação à inabilitação quanto à apresentação da Certidão do CREA/SC com o número da alteração contratual divergente, informamos que, conforme pode ser visto na 2ª Alteração Contratual apresentada, a data de Registro perante a Junta Comercial de Santa Catarina ocorreu em 27/10/2021, ou seja, apenas 02 (dois) dias antes da sessão de apresentação da documentação.

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

Desta forma, não haveria tempo hábil para a Recorrente apresentar uma Certidão do CREA/SC com a alteração já registrada e com o novo valor do capital social.

Ainda assim, a Recorrente, no mesmo dia 27/10/2021, solicitou ao CREA/SC, via e-mail, o registro daquela alteração contratual (conforme e-mail anexo) em prazo de urgência, o que não foi possível naquele momento. Entretanto, no mesmo dia foi encaminhado o protocolo de solicitação, que também segue anexo.

A solicitação ao CREA/SC foi feita nos seguintes termos:

*“Prezados, boa tarde.*

*Nossa empresa realizou a 2ª alteração contratual e a mesma ficou pronta apenas hoje na Junta Comercial.*

*Precisamos registrar no CREA/SC essa 2ª alteração.*

*Entretanto, vamos participar de uma licitação na sexta-feira, dia 29/10/2021, e é do nosso interesse que a nossa Certidão CREA/SC já conste a alteração.*

*É possível esse registro em um prazo tão curto? Em caso negativo, existe a possibilidade de ser encaminhado um protocolo para comprovação junto ao órgão licitante?*

*Segue a documentação em anexo.*

*Atenciosamente,*

*Paulo Tolentino Moura*

*Coordenador Jurídico”*

Portanto, resta demonstrado que a Recorrente teve seu Registro perante a Junta Comercial disponibilizado apenas no dia 27/10/2021, dois dias antes da Sessão de Abertura de documentos de Habilitação, mas que procedeu para que a alteração fosse registrada perante o Conselho Regional de Engenharia.

Ademais, hoje já é sabido que a Comissão de Licitação deverá realizar diligências no intuito de verificar a condição de uma empresa em ser habilitada.

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

Esta é a função da diligência, descrita no § 3º, art. 43, da Lei 8.666/93:

Art. 43.

*§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.*

O Tribunal de Contas da União já vem se posicionando neste sentido há tempos. Inclusive, recentemente, em caso semelhante, assim decidiu:

*A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93 e no art. 64 da Lei 14.333/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência. (Acórdão 2443/2021 – Plenário)*

*Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editais, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)*

Portanto, segundo o TCU, não se trata de mera faculdade dada à administração pública a realização de diligências.

Desta forma, em uma breve diligência junto ao CREA/SC, a Comissão poderá verificar que a Certidão de Pessoa Jurídica da ora Recorrente foi solicitada na mesma data de seu registro perante a JUCESC, bem como foi alterada logo após, constando a 2ª Alteração Contratual, conforme documento anexo.

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

E isso é o que está definido no próprio Edital da Concorrência nº 085/2021:

*21.6 - A Comissão Permanente de Licitações, na forma do disposto no § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, reserva-se ao direito de **promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo relativo a esta Licitação.***

Repise-se, a jurisprudência já definiu que a diligência deve ser obrigatória em casos como este, uma vez que a busca da Administração Pública é em encontrar a proposta mais vantajosa, sem inabilitar ou desclassificar as empresas proponentes sem motivo concreto.

Desta forma, tendo em vista que a exigência do item 7.2.1.2 é para que as licitantes **demonstrem que estão registradas e em dia perante o CREA/SC.** E isso foi demonstrado, não se falando em inabilitação da ora Recorrente

*7.2.1.2 – Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);*

Decisões de inabilitação de proponentes por não apresentar o número da alteração contratual de acordo com a Junta Comercial são de tempos passados, jurisprudências de 2013 que já se perderam no tempo. Os Tribunais de Contas já avançaram nesse sentido.

Portanto, tendo em vista que a Recorrente demonstrou que seu Registro junto ao CREA/SC já está regular, conforme Certidão anexa, não há motivos para sua inabilitação, o que desde já se requer.

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209





# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

## **DA APRESENTAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL**

Inicialmente, cumpre destacar que a Comissão Permanente de Licitação se furtou em responder ao pedido de esclarecimentos realizados pela Recorrente em tempo hábil.

Em 18/10/2021, ou seja, 11 (onze) dias antes da sessão, a Recorrente encaminhou Pedido de Esclarecimentos à Comissão em relação à documentação de qualificação econômica exigida em Edital, questionando justamente a redução da competitividade no certame.

Naquela oportunidade, foi questionado o valor excessivo de Capital Social Mínimo exigido das proponentes.

A resposta somente veio em 28/10/2021, às 18:49h, sem qualquer fundamentação:

*Está previsto na Legislação a solicitação de comprovação de que a empresa tenha capital social de 10% do valor estimado para a contratação, visando mais segurança jurídica para a possível contratação com a Administração Pública.*

Diferente do determinado na legislação pertinente, a Administração não cumpriu com o dever de informação e esclarecimento:

*Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:*

*VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;*

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

*VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, **informações e esclarecimentos relativos à licitação** e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;*

Por essa razão, a resposta é obrigatória e deverá ser prestada em prazo razoável para que o licitante possa inteirar-se do esclarecimento e tenha condição de participar do certame. Portanto, a omissão em responder à consulta do licitante é causa de nulidade da licitação.

A falta de resposta à solicitação de esclarecimentos, desde que realizada em tempo hábil, configura violação ao princípio da transparência, competitividade, interesse público, dentre outros.

*“(...) 9.3.1. quando constatar em seus procedimentos licitatórios a necessidade de prestar esclarecimentos suplementares, o faça em tempo hábil, possibilitando aos interessados avaliarem os efeitos de tais informações em suas propostas, reabrindo o prazo da licitação, se configurada a hipótese prevista no art. 21, § 4º, da Lei 8.666/93, com vistas a afastar o risco de refazimento de seus certames licitatórios”  
(TCU – Acórdão 552/2008-Plenário)*

Desta forma, resta claro que a Administração Municipal descumpriu o dever de resposta que lhe é imposto pela lei.

Em relação à inabilitação da Recorrente, deverá a Comissão Permanente de Licitações do Município de Governador Celso Ramos rever seu parecer, como será demonstrado a seguir:

Conforme exposto no item anterior, a Recorrente realizou a segunda Alteração Contratual, com o Registro da JUCESC em 27/10/2021. Essa alteração contratual teve por objeto o aumento do capital social subscrito da Engeplanti

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

Consultoria, o que pode ser verificado pelo documento já em posse da Comissão de Licitação, passando de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

Entretanto, tendo em vista o aumento do capital social da empresa, houve a necessidade de se fazer um novo balanço contabilizando essa nova realidade da empresa.

Ocorre que um novo balanço só pode ser realizado no mês seguinte à Alteração Contratual, justamente o que ocorreu no caso em tela, ou seja, o novo balanço da empresa (anexo) foi realizado no mês de novembro de 2021, com o aumento do capital social subscrito (R\$ 250.000,00 atualmente).

É importante que a Administração Municipal entenda que este balanço, bem como o anterior, não se trata de um balanço provisório, mas sim de um balanço intermediário.

Tal decisão já está cristalizada no Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 484/2007-Plenário:

*(...) Por outro lado, não se confunde balanço provisório com balanço intermediário. Aquele consiste em uma avaliação precária, cujo conteúdo não é definitivo. O balanço provisório admite retificação ampla posterior e corresponde a um documento sem maiores efeitos jurídicos. Já o balanço intermediário consiste em documento definitivo, cujo conteúdo retrata a situação empresarial no curso do exercício.*

A mesma decisão assim continua:

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

(...) 'Também não há empecilho à licitante fundar sua capacitação econômico-financeira em eventos ocorridos no curso do exercício, não refletidos em demonstrações financeiras anteriores.

Assim, suponha-se que a empresa em situação de alguma precariedade financeira tenha promovido aumento de capital mediante emissão de novas ações. Os novos recursos acarretaram sua capitalização. As demonstrações financeiras do exercício anterior podem conter dados insuficientes para satisfazer os requisitos do edital. É óbvio, porém, que evento superveniente alterou o panorama e deverá ser considerado pela Administração. Isso não é impedido pela vedação à apresentação de balanços provisórios. **Quando promove elevação de capital, a nova situação contábil não se retrata em um "balanço provisório". A provisoriedade do balanço se caracteriza quando inexistir sua aprovação por ato formal da sociedade.** É provisório o balanço destinado a ser confirmado posteriormente, o que importa implícita e inafastável ressalva a seus termos. **Não será necessário aguardar o término do exercício para levantar novas demonstrações que nada mais farão do que retratar aquilo que já ocorrera definitivamente no âmbito da sociedade.**

Pelos mesmos motivos, a sociedade que delibera pela reavaliação de seus ativos também pode invocar os resultados para fins de licitação. Tendo formalmente aprovado a reavaliação, os efeitos se retrataram em balanço que não é provisório.

(...)

132. Tal construção poderia indicar, em análise superficial, tratar-se o demonstrativo apresentado pela Policard de balanço intermediário, condição que, diferentemente do balanço provisório, possibilitaria a habilitação da empresa para os lotes impugnados.

133. Faz-se mister ressaltar, contudo, que o mesmo fragmento estabelece que a 'figura do balanço intermediário deverá estar prevista no estatuto ou decorrer de lei'. O contrato social da sociedade (Anexo 1, fls. 253 a 258) não traz qualquer menção à elaboração de balanços intermediários. A cláusula 7ª daquele instrumento, parcialmente transcrita abaixo, trata das demonstrações contábeis da empresa.

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

Certo é que o parágrafo segundo da cláusula oitava do Contrato Social consolidado da Recorrente permite o levantamento de balanços, inclusive, mensais.

Quando se trata de fechamento de balanço, que não seja o do encerramento do exercício ou em casos especiais, a legislação contábil não estabelece regras ou impõem limites para que as empresas efetuem o fechamento das demonstrações contábeis em data específica.

O que a legislação impõe é o fechamento de balanço anual ao término do exercício social e a obrigatoriedade de realização de assembleia geral para aprovação das demonstrações contábeis até 4 (quatro) meses após o término do exercício social, devendo ser fornecido aos acionistas 1 (um) mês antes da assembleia uma cópia. Bem como, o fechamento de balanço nos casos especiais que devem observar os prazos e para casos de decretação de falência o prazo de 60 (sessenta) dias após a data fixada do seu encerramento.

Ademais, há que se observar que não existe a possibilidade de levantamento de balanço social com aumento de capital sem que este aumento esteja previsto no Contrato Social. Assim, conforme exposto, a providência inicial da empresa foi aumentar o capital social perante a JUCESC e, após o registro (27/10/2021), ocorreu o levantamento do balanço.

Fato é que a Recorrente atende aos requisitos editalícios, ainda que na data da sessão a documentação não estivesse à disposição, certo é que já estava tramitando nos órgãos todo o procedimento para a regularização do aumento do capital social e sua demonstração através do balanço patrimonial.

E mais, a Administração tem acesso ao balanço da Recorrente mais atualizado possível, uma vez que apresenta o levantamento de novembro de 2021.

É razoável que a Comissão Permanente de Licitações do Município use deste Recurso como forma de diligência, uma vez que através das informações aqui obtidas, poderá ter acesso aos documentos da Recorrente.

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

Conforme demonstrado acima, é um dever da Administração a realização de diligência em processos licitatórios, com base no artigo 43, § 3º da Lei nº 8.666/93.

Isso porque os órgãos públicos, quando pretendem contratar com o setor privado, devem (e aqui é um dever inquestionável) buscar a proposta mais vantajosa, sendo que esta, vez por outra, causa tem o poder de causar um elastecimento nas normas ligadas a aspectos formais da licitação.

Além do Acórdão nº 2443/2021 do TCU acima citado, poderá a CPL se basear no Acórdão 1211/2021-Plenário, em que restou sumarizado o seguinte entendimento:

*“Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, **sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público**, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim) “.*

Assim, resta claro que o Tribunal de Contas pátrio firmou o entendimento de que não se pode inabilitar uma proponente cuja documentação e/ou processo de habilitação é preexistente à abertura da sessão pública. E esse é exatamente o caso em tela.

A juntada de documentos que atestam a condição da empresa não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes, pois, de fato, demonstra a situação atual da proponente.

Talvez, em matéria de licitação, em todo o período da Constituição de 1988, essa tenha sido uma das conclusões mais lúcidas do Tribunal de Contas da União.

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



Estamos diante da desburocratização do procedimento licitatório, sem desprezo pelo ordenamento jurídico.

Aqui é imperioso destacar as palavras do Relator do Acórdão 1221/2021:

### **O EDITAL NÃO CONSTITUI UM FIM EM SI MESMO!**

Não menos importante, há que se destacar que a habilitação é um procedimento que visa a comprovação pelas proponentes de que têm condições de cumprir com os compromissos futuramente assumidos.

Outro ponto importante a se destacar é o fato de a Administração Pública Municipal exigir dois requisitos cumulativos para a qualificação econômica das proponentes:

- a) Prova da boa situação financeira da empresa através dos índices; e**
- b) Limite de 10% (dez por cento) de capital social mínimo do valor estimado da contratação.**

A título de exemplo, na Concorrência realizada em 2020, o valor estimado da contratação do Lote 01, objeto semelhante ao da licitação atual, era de R\$ 971.250,00 (novecentos e setenta e um, duzentos e cinquenta reais), valor abaixo do exigido atualmente. O valor estimado da contratação atual é de R\$ R\$ 2.423.150,00 (dois milhões, quatrocentos e vinte e três mil, cento e cinquenta reais).

A diferença é brutal. Importante esclarecer que a legislação não exige a comprovação de 10% do valor estimado da contratação, sendo este o limite máximo, conforme § 3º, art. 31, da Lei nº 8.666/93. Nada impede que a Administração Pública exija a comprovação de 5% do valor estimado, por exemplo, permitindo a participação de muitos outros concorrentes.

#### **ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209



# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

Além do valor extremamente alto de comprovação de capital social mínimo, as empresas proponentes deveriam comprovar a boa situação financeira da empresa através de seus índices.

Entretanto, tal exigência é contrária ao que os Tribunais de Contas Pátrios vêm decidindo ultimamente, uma vez que podem reduzir a competitividade dos certames.

O Plenário do TCU entendeu que a exigência cumulativa deve ser prevista de forma objetiva e clara, com justificativa para tal, o que não ocorreu no caso em tela:

*(...) 1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, que, nas minutas padrão de seus editais de licitações, **estabeleça critérios objetivos para a adoção cumulativa ou não das exigências relativas a patrimônio líquido mínimo e aos índices de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente, com vistas a promover maior transparência e isenção aos processos licitatórios, além de ampliar a competitividade de seus certames, minimizando o risco de adoção de critérios excessivamente restritivos de seleção** e informando ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, as providências adotadas; (...).*

Certo é que a exigência cumulativa desses dois requisitos reduziu drasticamente a competitividade no certame em tela. A licitação de 2020 teve 23 (vinte e três) participantes, a atual apenas 05 (cinco)

Esta exigência afeta diretamente o princípio da competição. A Administração deve, sempre, decidir em favor da ampla concorrência, tendo em vista que busca a proposta mais vantajosa.

Qualquer conduta que restrinja a competitividade, quando possível, é passível de impugnação pelos interessados, inclusive regra de obrigatoria fiscalização

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209





# ENGEPLANTI

PROJETOS E SUPERVISÃO

pelos órgãos de controle. Repise-se que esta matéria foi objeto de “Pedido de Esclarecimentos” por parte da Recorrente, sendo que a resposta somente foi encaminhada no dia anterior à sessão de abertura.

Além de todo o exposto, importante frisar que a Recorrente é a atual contratada do Município de Governador Celso Ramos para prestar o serviço, objeto desta Concorrência.

A licitação do ano de 2020, Concorrência nº 23/2020, também exigiu a comprovação das proponentes de capital social mínimo de valor não inferior a 10% do valor estimado da contratação.

Desta forma, é desarrazoado que uma empresa que tenha prestado o serviço pelo período de 01 (um) ano, e cujo capital social era menor do que o agora exigido, não possa novamente participar do certame.

No decorrer da vigência contratual, todos os serviços foram prestados de forma correta, bem como a empresa teve uma conduta esmerada, nunca houve sequer um dia de atraso de entrega dos projetos realizados pela Recorrente. Portanto, não deve uma empresa que prestou os serviços de acordo com o Edital ser limada de um processo licitatório por razões tão vis.

Ora, todas as condições de habilitação foram cumpridas, e mais, não há uma empresa com conhecimento maior das necessidades do Município de Governador Celso Ramos do que a Recorrente. As comprovações de qualificação técnica demonstram a capacidade da Recorrente em realizar os projetos do Município.

Assim, diante do exposto, não restam dúvidas que a documentação apresentada pela Recorrente está de acordo com o exigido em Edital, devendo, portanto, o Recurso Administrativo ser julgado procedente, requerendo, assim, o prosseguimento do certame em tela.

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

Rua Cristóvão Nunes Pires, 110 - Sala 502 / Centro - Florianópolis/SC – CEP: 88010-120

Contato: [juridico@engeplanti.com.br](mailto:juridico@engeplanti.com.br), ou através do telefone +55 48 3364-2209

#### **4. DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, haja vista as razões delineadas acima, requer a Recorrente:

- a) Recebimento das presentes Razões Recursais, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Seja concedido INTEGRAL PROVIMENTO, a fim de que a Recorrente seja habilitada na Concorrência nº 085/2021;

Termos em que, Pede Deferimento.

Florianópolis/SC, 24 de novembro de 2021.

**ENGEPLANTI CONSULTORIA LTDA**

**MARCO AURELIO SACENTI**

**CPF: 041.587.919-10**

**REPRESENTANTE LEGAL**

**PAULO TOLENTINO DE MOURA**

**OAB/MG 104.631**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO**